



**Instituto Federal
Sul-Rio-Grandense,
Campus Charqueadas**

INSTITUTO FEDERAL SUL RIO GRANDENSE – CÂMPUS CHARQUEADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

BORBOLINDA: UMA HISTORIA DE INCLUSÃO



Mestrando: Edson Roberto Martins Pessel
Orientadora: Profa. Dra. Daniela Medeiros de Azevedo Prates

Catálogo na Publicação

P475b Pessel, Edson Roberto Martins

Borbolinda: uma história de inclusão [ebook]. / Edson Roberto Martins Pessel, Daniela Medeiros de Azevedo Prates. Charqueadas, RS, – 2021.

1 PDF

Modo de acesso: educapes.capes.gov.br

1. Inclusão. 2. In/exclusão. 3. Inclusão Escolar. Pessoas com deficiência visual. 4. Educação Profissional e Tecnológica. 5. Instituto Federal. I. Prates, Daniela Medeiros de Azevedo. II. Título.

CDU: 37

Bibliotecário responsável: Fernando Scheid - CRB 10/1909

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos o produto educacional, resultante de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na Linha de Pesquisa em Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), intitulada “Educação Inclusiva e Pessoas com Deficiência: trajetória da primeira discente deficiente visual do IFSul — Câmpus Charqueadas”. O presente produto é um convite a refletirmos sobre o processo de inclusão escolar, o que apresentamos de forma lúdica através da história de Borbolinda, uma linda borboleta que evocamos para narrar a trajetória da primeira discente com deficiência visual no Campus. Ao longo da trajetória, Borbolinda nos convoca a reconhecer sujeitos, concepções, direitos e recursos envolvidos no processo de inclusão, com seus desafios e possibilidades. Com isso, não buscamos apresentar discussões teóricas que sustentam a temática – o que pode ser localizado na Dissertação **Educação Inclusiva e Pessoas com Deficiência**: trajetória da primeira discente deficiente visual do IFSul — Câmpus Charqueadas. Diferentemente, buscamos possibilitar o encontro dos leitores ao tema a partir da própria trajetória dos sujeitos envolvidos no processo de inclusão, situando elementos que se mostraram centrais neste percurso para que sejam (re)conhecidos e (re) apropriados em diferentes espaços. Como um casulo, esperamos que esta leitura seja um dos momentos de desenvolvimento e busca de aprofundamento sobre o tema, para que alcemos outros voos, de forma ética, coletiva, comprometida com o espaço público em que produzimos conhecimento, visando (re)construir e (re)pensar as condições de inclusão escolar. Este produto é ainda nossa singela homenagem aos sujeitos desta pesquisa, cujas trajetórias mostram a potência e o comprometimento com a educação pública. Em especial, a nossa jovem discente, inspiração e razão do nosso papel enquanto professores-pesquisadores.

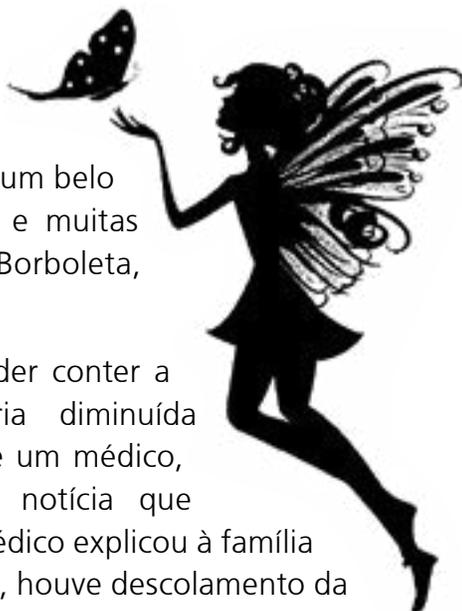
Sumário

Apresentação.....	3
Início.....	5
O aprendizado.....	7
A música.....	8
O ensino.....	9
O alfabeto braile.....	11
Novos desafios.....	13
A bicicleta.....	15
O IFSUL.....	17
Os docentes do IFSUL.....	20
A legislação – básica.....	25
O futuro.....	28
Pense!.....	28
Referências.....	29

INÍCIO

Nossa breve história se inicia no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Céu Azul. Em um belo dia de sol, com pássaros alegres e muitas flores a sua volta, nascia uma linda Borboleta, batizada de “Borbolinda”.

Seus pais pareciam não poder conter a alegria. Esta, no entanto, seria diminuída rapidamente com o surgimento de um médico, de andar vagaroso, trazendo a notícia que mudaria a vida de Borbolinda. O médico explicou à família que, dado o nascimento prematuro, houve descolamento da retina da pequena borboleta, por conta do que se chama de retinopatia da prematuridade, o que a impediria de enxergar pelo resto da vida.



“

Foram escolhidas as borboletas para nomes fictícios, por representarem a liberdade em seu voo livre, após saírem do casulo.

Seus pais, imediatamente, começaram a planejar seu futuro, pois Borbolinda poderia ter uma boa infância, contanto que descobrissem como auxiliá-la a ser um indivíduo diferente entre as demais borboletas — o diferente é pouco aceito na sociedade borbolística. Então, como em Céu Azul, não havia recursos para ajudar a filha, foram procurar o auxílio de especialistas em borboletas deficientes visuais na cidade de Porto Feliz, que era a capital do reino.

A Retinopatia da Prematuridade (ROP) é uma doença ocular vasoproliferativa, de causa multifatorial, secundária à vascularização incompleta da retina que ocorre em recém nascidos (RN) pretermos de muito baixo peso ao nascer.

Disponível em: <http://gg.gg/osj1n>

Uma médica que lá encontraram sugeriu que, desde muito pequena, Borbolinda frequentasse lugares próprios para borboletas deficientes visuais. Assim, com menos de dois aninhos, foi inserida em um ritmo de atividades de estimulação precoce, o que foi sua rotina por um longo período de tempo.



Estimulação precoce abrange uma variedade de estímulos para auxiliar o desenvolvimento motor e cognitivo de lactentes e crianças e pode ser definido como um programa de acompanhamento e tratamento multiprofissional para recém-nascidos de risco ou com alguma deficiência. A maior parte dos programas de estimulação precoce objetiva o atendimento de crianças de zero a três anos de idade, envolvendo tipicamente terapias tradicionais como fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia.

Disponível em: <http://gg.gg/osj8b>

O APRENDIZADO

Nossa borboletinha e sua mãe foram encaminhadas para vários lugares, onde foram aprendendo destrezas de deficientes visuais: como usar a bengala, o piso tátil, como se mover dentro de casa, como realizar alguns afazeres do lar...

“

Piso Tátil é o piso diferenciado com textura e cor sempre em destaque com relação ao piso ao redor. Desse modo, é perceptível por pessoas com deficiência visual e baixa visão.

Borbolinda, com toda essa experiência, foi aprendendo a viver com a deficiência. Sua mãe foi explicando tudo para que pudesse ser independente: como caminhar na cidade, pegar o ônibus, pagar a passagem, ir ao supermercado, à farmácia, ao banco. Como, na sua cidade, ainda não havia recursos de acessibilidade nas ruas, todos se impressionavam com o fato de uma borboletinha deficiente visual conseguir andar sozinha.



A MÚSICA



Durante toda a vida, os pais de Borbolinda compravam brinquedos e objetos que emitsem sons para que ela pudesse achá-los com mais facilidade. Assim, seus brinquedos eram, na maioria, sonoros. Eles não sabiam, mas estavam despertando seu “dom” musical. Mais tarde, presentearam-lhe com um violão infantil, e teve início seu gosto pelo instrumento. Assim, quando ganhou seu violão com tamanho adulto, comprado em um brique, Borbolinda passou a bater nele reproduzindo os ritmos das músicas que conhecia.

Nesse meio tempo, ganhou também um teclado de seu tio e começou a dedilhá-lo, tocando músicas simples, como “parabéns a você”, ou trilhas conhecidas, como a do Danoninho. Foi se desenvolvendo no instrumento, embora sempre tendesse a tocar melhor o violão. Borbolinda era esforçada e passou a fazer aulas para aprimorar-se cada vez mais. Algum tempo depois, estava tocando gaita ponto, teclado, triângulo e violão.



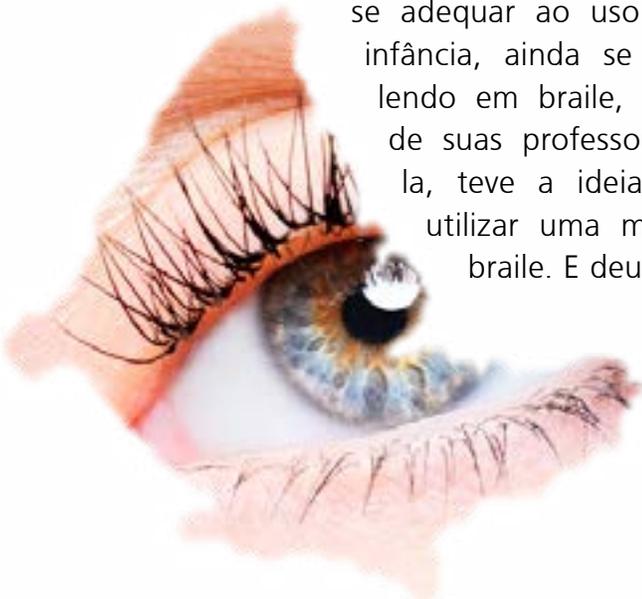
O ENSINO

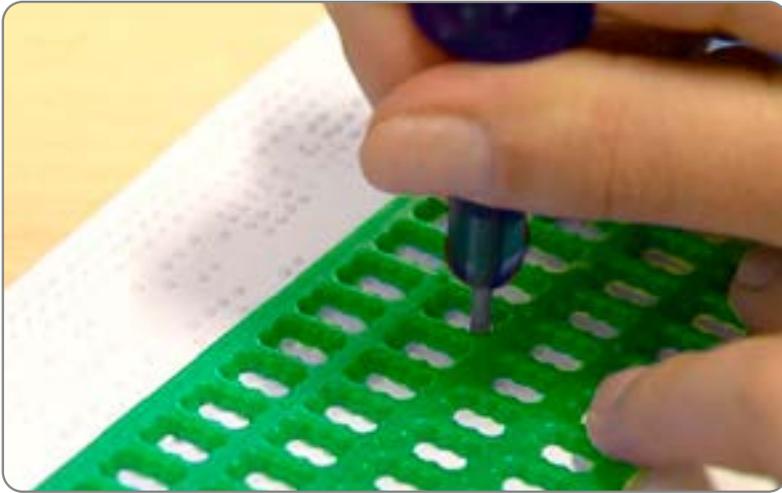
Desde pequena, teve contato com o braile e, aos poucos, foi se desenvolvendo na técnica, mesmo antes de frequentar uma instituição formal. Com seis anos de idade, teve início a árdua jornada escolar de Borbolinda. A primeira professora, Borboleta Amarela, era uma pessoa incrível e ajudou muito a vida de Borbolinda com seus ensinamentos. Porém, apesar de todos os esforços da Borboleta Amarela em ajudar nossa borboletinha a usar a reglete, ela não conseguiu se adaptar para usá-la.

“

Sempre acompanhada da punção, a reglete foi um dos primeiros instrumentos criados para a escrita em braile.

Com tamanha dificuldade, Borbolinda estava quase desistindo de estudar, por não se adequar ao uso da reglete — em sua infância, ainda se pensava que, somente lendo em braile, não se aprendia. Outra de suas professoras, na tentativa ajudá-la, teve a ideia de tentar ensiná-la a utilizar uma máquina de escrever em braile. E deu certo!



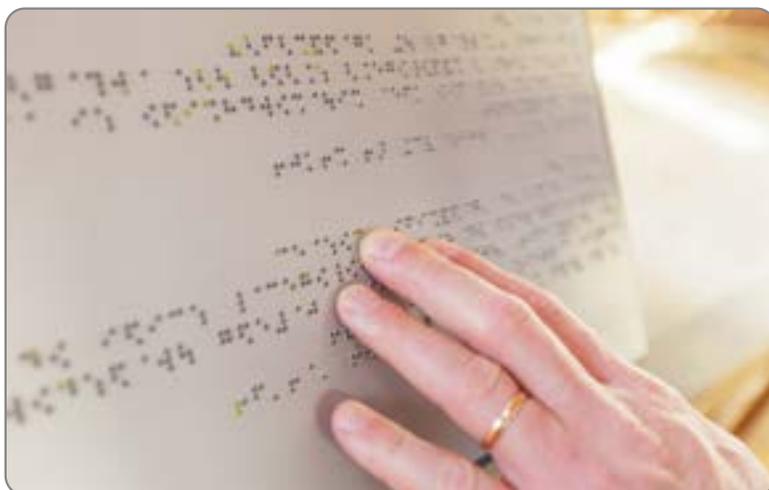


Desenvolvida em 1951, Perkins Braile é a mais tradicional máquina de escrever que se tornou referência mundial por sua qualidade e eficiência na escrita Braille. <http://gg.gg/oskjc>



O ALFABETO BRAILE

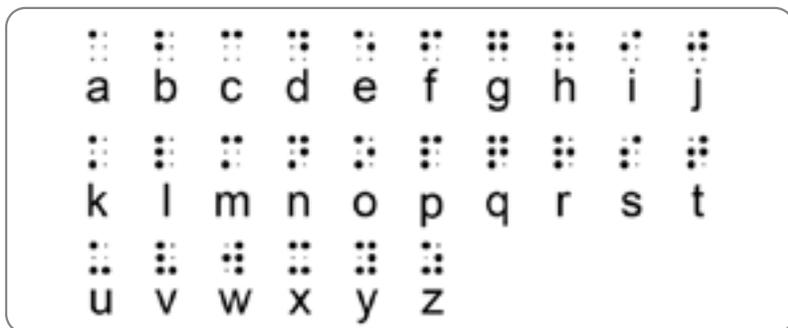
O código braile, criado por Louis Braille há aproximadamente 200 anos, é o alfabeto usado para que pessoas deficientes visuais possam ler e escrever. Tornou-se popular, e hoje é um método simples e engenhoso que torna a palavra escrita disponível a milhões de pessoas. O braile é lido da esquerda para a direita, com uma ou ambas as mãos na maioria das vezes. Cada célula braile permite 63 combinações de pontos.



Louis Braille nasceu em 4 de janeiro de 1809, na pequena cidade francesa de Coupvray, a cerca de 45km de Paris. A biografia completa pode ser encontrada em: <http://gg.gg/osksi>

Assim, podem-se combinar ajustes de pontos para todas as letras e a pontuação da maioria dos alfabetos. Vários idiomas usam uma forma abreviada de braille, na qual certas células são usadas no lugar de combinações de letras ou de palavras frequentemente usadas.

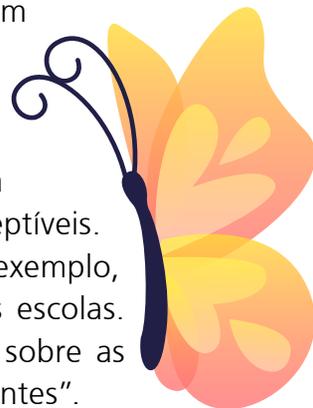
Algumas pessoas têm tanta prática em braille que conseguem ler até 200 palavras por minuto.



NOVOS DESAFIOS

Borbolinda, já adaptada ao uso da máquina de escrita em braile, e com excelente desempenho, entrou para uma escola regular. Sempre com muita vontade de aprender para se desenvolver, ela sentia que seu potencial para o aprendizado seria ilimitado.

Porém, na nova escola, os professores(as) não descreviam as imagens, e Borbolinda tinha que perguntar como era a imagem que estava sendo demonstrada, o que dificultava seu aprendizado. Além desse desafio, havia outros que Borbolinda precisava enfrentar. As escolas não lhe ofereciam, muitas vezes, um acesso adequado. Muitas delas eram construídas de maneira desfavorável a alunos diferentes, sem sinalização adequada no piso, ou com muitos obstáculos arquitetônicos, como degraus nas portas. Não era só para Borbolinda que essas dificuldades eram perceptíveis. Outras borboletas, como as cadeirantes, por exemplo, também tinham dificuldade de acesso nessas escolas. Isso para dar apenas um pouco de contexto sobre as dificuldades enfrentadas pelos que são “diferentes”.



Em relação à leitura, desde pequena, Borbolinda foi estimulada a ler. Com isso, adquiriu o hábito, utilizando-se de recursos como audiolivros ou livros em PDF. Ela adorava histórias de romance, aventuras, histórias de épocas passadas. Assim, desenvolveu bem a escrita e o vocabulário.

leitor de tela é um software utilizado principalmente por pessoas cegas, que fornece informações através de síntese de voz sobre os elementos exibidos na tela do computador.

Detalhamentos em: <http://gg.gg/oslmx>.

Borbolinda descobriu também a audiodescrição, que ocorre via um leitor de tela e é um aplicativo que converte um texto em um discurso sintetizado de voz, permitindo ao usuário ouvir em vez de visualizar o conteúdo de textos. Em termos mais formais, o conteúdo mostrado na tela é enviado para uma saída independente da presença de um monitor de vídeo. Então, as interpretações são sintetizadas para os usuários por meio de um sistema de voz eletronicamente gerado.

Por conta de sua capacidade de se esforçar e se adaptar Borbolinda, quando chegava a uma nova escola, via a inclusão se tornar um tema muito abordado, mas que, na realidade, mostrava limitações para sair do papel. Estudou em várias escolas, mas, por exemplo, em apenas uma teve alguém para ser sua monitora. Já em outra, não tinha máquina de escrever em braile disponível para que realizasse suas anotações.

Na época, não havia — e ainda não há — lei para assegurar que as instituições fornecessem materiais aos estudantes que não tivessem condições de adquiri-los.



O PDF é abreviatura de Portable Document Format (PDF) para exibir e compartilhar documentos com segurança, independentemente de software, hardware ou sistema operacional e, agora, seus trabalhos mais importantes dependem dele.



A BICICLETA

Borbolinda sempre gostou de bicicletas. Um dia, seus familiares viram, em um programa de TV, uma borboleta deficiente visual ensinando uma que enxergava a andar de bicicleta. Então conversaram com Borbolinda e lhe disseram que iriam tentar aprender o método.

Um dia, foram para o parque da cidade e tentaram várias vezes. Alguns tombos ocorreram, mesmo com rodinhas de apoio. No dia seguinte, retornam e, já dessa vez, levantaram uma das rodinhas da bicicleta. Era bastante difícil de aprender. A cena se repetiu no outro dia.

Já estavam a ponto de desistir. Disseram-lhe que, se ela não aprendesse, não iriam mais ajudá-la. Nesse exato momento, de forma repentina, como que por conta do impulso emocional, deu 25 pedaladas, alegre, sem parar, e contando alto para si mesma. Ela havia aprendido afinal, o que gerou uma extrema alegria em seu coraçãozinho por ter realizado seu profundo desejo de andar em uma bicicleta. Com muita felicidade, comemoram todos juntos mais aquela conquista.



Borbolinda enfatiza:

“

Tenho meus defeitos, minhas qualidades, minhas inseguranças, como qualquer um. Não me importo com minha deficiência, ela faz parte de mim. Adoro ler, ouvir música, jogar também, tenho muitos amigos que também não enxergam e conversamos bastante virtualmente. O fato de termos uma deficiência, não importa qual seja, não nos torna inferiores ou superiores a qualquer outro. É importante que entendam que não é feio ter curiosidade e perguntar.

Feio é a pessoa julgar e ter preconceito sem realmente entender. Somos como quaisquer outros e amamos nossa independência, fazer novas amizades, estudar.

O IFSul

Borbolinda desejava muito estudar no Instituto Federal Sul-rio-grandense. Era um sonho entrar como aluna. Porém, ela já estava se formando no Ensino Médio e não desejava ter de estudar tudo novamente. Mas menciona que sua mãe lhe influenciava dizendo: “que, no Instituto IFSul câmpus Céu Azul, a Educação Técnica era a melhor da Região Carbonífero, onde viviam”. Com a expectativa de qualificar seus estudos, então, ela resolveu tentar.



Sempre foi ensinada que tudo é fácil de aprender. Mesmo sendo deficiente visual, nunca deveria deixar de fazer algo pensando que não seria capaz. Então Borbolinda iniciou suas tentativas para entrar no IFSul. Seriam três ao todo.



Na primeira vez, fez a prova escrita com ajuda de duas professoras, que realizavam a leitura das questões para que ela respondesse escrevendo em braile. Diferentemente das demais borboletas que realizaram a leitura silenciosa das questões presentes na prova e as responderam no tempo e organização individual. A alternativa adotada pela instituição, embora com boas intenções, não permitiu que Borbolinda realizasse a prova com autonomia, já que dependia inteiramente das professoras, numa leitura em voz alta, com tempo, organização e disposição de informações (imagens, gráficos, etc.) tutelados. Não conseguiu ser aprovada.

“

As vagas de que trata o art. 4º dessa Lei seriam preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde estivesse instalada a Instituição.

Na segunda tentativa, a prova foi escrita em braile, mas se tornou difícil de ser concluída, mesmo com tempo estendido, pois não foi adaptada em sua extensão. Assim as 40 questões resultaram em muitas páginas a serem lidas, em um tempo de leitura do braile que é muito maior de uma leitura silenciosa usual das demais borboletas. Borbolinda ficou muito cansada por ter de ler e responder a extensa avaliação, sendo novamente reprovada.

Não obtendo sucesso nas duas tentativas anteriores, mas se sentindo com inspiração para efetuar seu desejo de estudar na Instituição, assim seguiu para terceira tentativa.

Na época da terceira prova, o IFSul já havia assimilado a Lei nº 12.711/2012, alterada pela de nº 13.409/2016, que instituiu o ingresso por cotas nas instituições federais de ensino técnico de nível médio de todo o país.

Com a lei de cotas em vigor, garantindo as vagas para deficientes, sua prova foi realizada em um dispositivo móvel, com o uso de leitor de telas. Sendo finalmente aprovada.

Quando chegou ao Câmpus Céu Azul, do IFSul, Borbolinda ficou muito surpresa com o jeito maravilhoso como a recepcionaram, pois a trataram muito bem. Uma professora da Reitoria esteve na Instituição, auxiliando-a e explicando como poderia se orientar pelo câmpus.

Todos foram muito atenciosos com ela, deixando-a realmente feliz pela recepção. Adorou. Achou tudo muito bom!

OS DOCENTES DO IFSUL

A Professora Borboleta Feliz considerava fundamental a paciência e a compreensão por parte do estudante deficiente. Então, todos os seus discentes de inclusão compreendiam que ela não tinha muita experiência e a orientavam quanto à melhor forma de atuar junto a eles. Ela dizia que isso estreitava as relações e ajudava.

“

*O que é uma bacia hidrográfica?
Como é o formato da Terra? Ah, são
coisas bem simples, professora
Borboleta Feliz, mas que não vêm
prontas!*

Quando Borbolinda chegou, Borboleta Feliz não sabia trabalhar com ela. Então, foi buscar materiais didáticos para discentes com deficiência visual e percebeu muita pouca coisa disponível. Na maioria das vezes, recebia orientação de usar um material em que a aluna pudesse passar a mão, em alto relevo. Então, ela própria decidiu fazer seu material da forma como achava que tinha que fazer.

Porém, a professora acreditava que um dos motivos era a falta de recursos. E, claro, a ausência de uma política de inclusão que exigisse uma adequação física da instituição. Quando a política de inclusão chegou, viu-se o número de estudantes aumentar. E isso obrigou a uma urgência. Uma urgência inclusive com relação aos professores, que passaram a ter que estudar ou ler sobre inclusão, porque não havia essa necessidade nos IFs antes. Os estudantes eram barrados já no processo seletivo. Sem provas adequadas, acaba ali.

Com a política de inclusão, tudo se modificou. Inclusive isso. Por isso, Professora Borboleta Feliz tinha certeza de que a política tinha sido fundamental para que o IFSul se tornasse uma escola inclusiva.

O Professor Borboverde notava a inclusão de forma positiva, embora acreditasse que ainda era necessário um esforço permanente junto à comunidade (docentes, técnicos-administrativos, estudantes e familiares) sobre a importância de cada um no processo de inclusão. Essa necessidade não lhe parecia uma particularidade das Instituições de Ensino, mas da nossa sociedade como um todo, a qual se mostrava ainda muito imatura e, conseqüentemente, pouco empática com as questões da inclusão. Nesse sentido, pensava que uma reflexão contínua e holística era fundamental para que se gerassem impactos positivos nos diferentes vetores da inclusão, dentre eles, a sala de aula.



Borboverde, falando especificamente no contexto do câmpus Céu Azul, onde atuava, entendia que existia um olhar cuidadoso e atento em relação ao processo de inclusão. Obviamente, sempre existiam obstáculos e desafios que necessitavam ser suplantados. Mas isso faz parte da rotina dinâmica de uma Instituição de Ensino, acontecendo também com estudantes que não são deficientes.

“

Não tenho familiaridade com o braile, mas, com relação a audiodescrição e tecnologias assistivas (especialmente, o leitor de tela) tinha tido experiência por ter ministrado uma disciplina para uma estudante com deficiência visual antes de conhecer a Borbolinda.



A Professora BorbiAzul, da Orientação Pedagógica Educacional do câmpus Céu Azul, referia que a concepção que se tem acerca das práticas inclusivas era de que elas precisavam estar voltadas para que o processo de aprendizagem fosse efetivado na sua integralidade, buscando-se ao máximo atingir todo o potencial do aluno, respeitando-se suas limitações, mas procurando, junto com ele e a seu tempo, transpor cada uma delas. Além desse aspecto, ela percebia que as ações do câmpus estavam voltadas para possibilitar que os alunos com deficiência efetivassem sua socialização dentro e fora da instituição, e que se sentissem aptos a fortalecer sua cidadania, sendo sempre incentivados a expor suas ideias e a participar de todas as atividades que o câmpus disponibilizava.

Babyborleta, explica que a Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul propunha o acesso e permanência de todos os estudantes por meio da acessibilidade e dos recursos necessários, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto, prioritariamente para negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundas de escolas públicas.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). <http://gg.gg/losm95>

“

Via que, quando a instituição mudou o paradigma da inclusão, um novo olhar começou a germinar, ou seja, os espaços precisaram se tornar adaptáveis. Isso implicou uma série de transformações, para além nas estruturas, no modo de vida e de ação dos atores: as pessoas com deficiência, as suas famílias, as suas instituições, os conselhos de direitos das pessoas deficientes, os órgãos gestores de políticas para as pessoas com deficiência, os agentes políticos.

A Bortatuada, do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, não bastavam mudanças estruturais se o pensamento desses atores ainda se mantivesse duvidoso com relação à segregação e à inclusão, pois não era um tema que tivesse consenso social no Brasil. Por isso, a transversalidade se inseria como um elemento fundante nesse processo, pois estabelecia diálogo entre as estruturas dos atores e o conceito de que não havia ainda uma ideia de inclusão consolidada na sociedade. O NAPNE efetiva no âmbito do câmpus as ações inclusivas geradas pelo Ministério da Educação.

A LEGISLAÇÃO – básica

Toda a experiência fantástica de Borbolinda só foi possível graças à abertura da legislação.

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que criminaliza todos os atos discriminatórios contra as pessoas com deficiências.

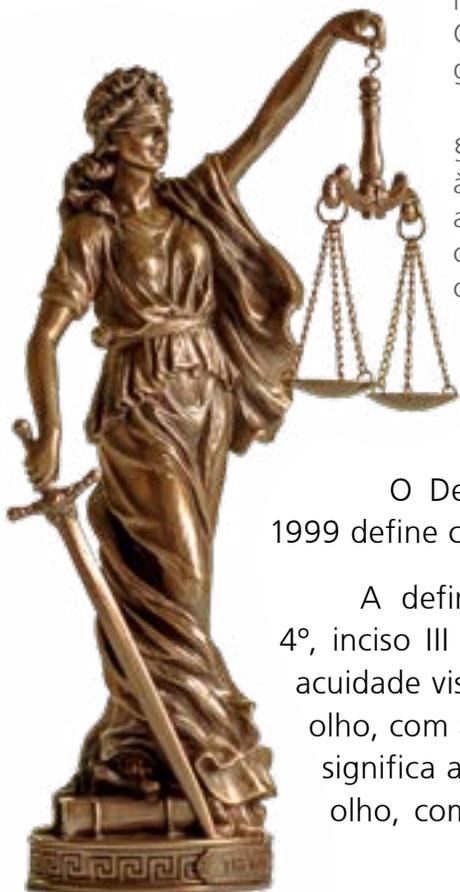
Os aspectos relevantes dessa lei estão no Art. 1º, como os parágrafos:

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 define como considerar uma pessoa deficiente.

A definição de deficiência visual está no Art. 4º, inciso III — deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos



quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Já a Lei nº 13.005/2014 aprovou o Plano Nacional de Educação — PNE e deu outras providências.

Contém, em seu Art. 2º, do inciso I ao inciso VIII, as principais diretrizes — que ainda não foram atingidas completamente:

- I. erradicação do analfabetismo;
- II. universalização do atendimento escolar;
- III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV. melhoria da qualidade da educação;
- V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e é a que abrange mais pontos em seu teor total sobre inclusão.

No Capítulo IV, Art. 27, define que deve ser assegurado direito de educação às pessoas com deficiências.

No Art. 74, define que devem ser oferecidas tecnologias assistivas aos deficientes para o pleno gozo das atividades.

“

Embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência seja muito referido no meio educacional, seu teor é pouco conhecido pela maioria dos docentes.

O FUTURO

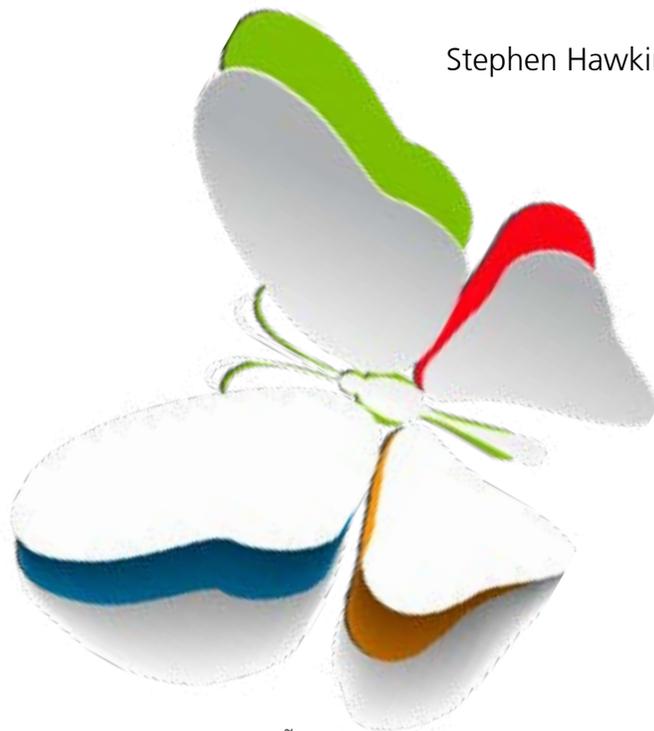
Borbolinda planeja, para seu futuro, não muito distante, formar-se no Técnico de Nível Médio de Informática – Forma Integrada e, posteriormente, fazer uma graduação na área de informática, ter um bom emprego na mesma área e constituir uma família.

Assim, nossa história não terá fim, pois a borboleta ainda voará alto e por rumos de sucesso, por muito tempo, tornando os sonhos de hoje em realidades amanhã.

PENSE!

“Não importa quanto a vida possa ser ruim, sempre existe algo que você pode fazer, e triunfar. Enquanto há vida, há esperança”.

Stephen Hawking



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Para Dispor Sobre a Reserva de Vagas para Pessoas com Deficiência nos Cursos Técnico de Nível Médio e Superior das Instituições Federais de Ensino:** Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://gg.gg/osn5u>. Acesso em jun. de 2020.

BRASIL. **Lei nº. 7.853, de 24 de Outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://gg.gg/osn66>. Acesso em nov. de 2020.

BRASIL. **Presidência da República. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em: <http://gg.gg/osn6x> – Acesso em nov. de 2020.

BRASIL. **Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências.** Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Brasília, DF. Disponível em: <http://gg.gg/osn7p>. Acesso em nov. de 2020.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência,** Lei nº 13.146, 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://gg.gg/osn89>. Acesso em jan. de 2019.



Inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independente de cor, classe social e condições físicas e eliminando barreiras de conceitos pré-definidos socialmente através do desenvolvimento humano.



